



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024/4º CRS/SESPA

PAE nº 2024/2126336

RESUMO



PROMOTOR

Estado do Pará | 4º Centro regional de Saúde Pública/secretaria de Estado de Saúde Pública (Código UASG 926050)
CNPJ nº 05.054.929/0001-17



OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de bem de **medicamentos e material técnico hospitalar**, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.



MÉTODO DE DISPUTA

- Aberto
- Aberto e fechado
- Fechado e aberto

- Menor preço
- Maior desconto



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA



ENTREGA

Forma Parcela única.

Prazo Até 30 dias após a nota de empenho.

Local O objeto deve ser entregue no endereço Avenida Bragança, S/N, Bairro: Nova Esperança – CEP: 68.647-000 (Tracuateua/PA) no horário de 08h00m às 17h00m.



VALOR TOTAL

R\$ 0,00 (sigiloso)

REAJUSTE

Índice IPCA INCC Outro: (sigla)
 INPC IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **05/07/2024**.



PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 21/08/2024.

Hora 09:00h.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	
Promotor do pregão	4
CLÁUSULA 2	
Fundamento legal	4
CLÁUSULA 3	
Objeto	5
CLÁUSULA 4	
Condições para participar da licitação.....	12
CLÁUSULA 5	
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação.....	15
CLÁUSULA 6	
Preenchimento da proposta	17
CLÁUSULA 7	
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances.....	19
CLÁUSULA 8	
Julgamento das propostas	23
CLÁUSULA 9	
Habilitação	26
CLÁUSULA 10	
Adjudicação e homologação	32
CLÁUSULA 11	
Recursos.....	32
CLÁUSULA 12	
Infrações e sanções administrativas	33
CLÁUSULA 13	
Impugnação ao edital	37
CLÁUSULA 14	
Disposições finais.....	38



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do **4º CRS/SESPA** (Código UASG 926050), CNPJ nº 05.054.929/0001-17, com sede na Rua Miguel Leite, Nº 2805, Centro - Capanema – Pará, neste ato representado pela Sra. **BRÍGIDA COSTA DA SILVA, DIRETORA DO 4º CRS/SESPA**, nomeada pela PORTARIA Nº 252/2024-CCG, de 31 de janeiro de 2024, publicada no DOE nº 35.701 de 01/02/2024.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço por ITEM**, modo de disputa: **aberto**, nos termos da **Lei n. 14.133/2021; Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2010** (Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG); **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 003/2018** (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal), no que couber; **Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 002/2019** (Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG); **Lei Complementar n. 123/2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte); **Decreto n. 8.538/ 2015** (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal); **Decreto Estadual n. 2.940, de 10 de março DE 2023; Decreto Estadual n. 3.037, de 25 de abril de 2023; Instrução Normativa SEAD n. 004/2018** (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional); **Instrução Normativa SEAD n. 003/2018** (Dispõe sobre a utilização do Banco Referencial de Preços pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e dá outras providencias); **Instrução Normativa SEAD n. 002/2018** (Normatiza os procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração); **Lei**



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e contratos administrativos); Lei Estadual nº 8.417/2016 (Estatuto da Microempresa e EPP).

Data: 21/08/2024

Horário: Abertura 09:00 horas (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de bem de **medicamentos e material técnico hospitalar**, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2. Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

Item	Descrição	Preço unitário	Quantidade	Total
LOTE 01				
1	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML.	R\$ 0,00	6000	R\$ 0,00
02	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
03	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
04	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

05	BUTILBROMETO DE ESCO- POLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA 500MG	R\$ 0,00	2.500	R\$ 0,00
06	COMPLEXO B	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
07	CEFALOTINA 1G	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
08	CEFTRIAXONA 1G	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
09	DEXAMETASONA 2MG/ML	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
10	DEXAMETASONA 4MG/ML	R\$ 0,00	3.000	R\$ 0,00
11	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
12	DIPIRONAS SÓDICA 1G/2ML	R\$ 0,00	4.000	R\$ 0,00
13	DIAZEPAM 5MG/ML	R\$ 0,00	400	R\$ 0,00
14	FUROSEMIDA 20MG/2ML	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

15	HIDROCORTISONA 100 MG	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	HIDROCORTISONA 500 MG	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	LIDOCAÍNA 2% 20 ML	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	MORFINA 10 MG/ML	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	TRAMADOL 50 MG/ML	800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML.	2.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML.	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML.	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	GLICOSE 5% 100ML.	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	GLICOSE 5% 250ML.	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

25	GLICOSE 5% 500ML.	R\$ 0,00	1000	R\$ 0,00
26	SORO RINGER SEM LACTATO.	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
27	SORO PARA REIDRATAÇÃO ORAL.	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
28	SORO RINGER COM LACTATO.	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
29	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 14	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
30	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 16	R\$ 0,00	300	300
31	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 18	R\$ 0,00	300	300
32	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 20	R\$ 0,00	100	100
33	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 22	R\$ 0,00	100	100
34	SONDA VESICAL DE DEMORA 3 VIAS Nº 16	R\$ 0,00	100	100



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

35	SdSONDA VESICAL DE DE- MORA 3 VIAS Nº 18	R\$ 0,00	300	300
36	SONDA VESICAL DE DE- MORA 3 VIAS Nº 20	R\$ 0,00	300	300
37	SSONDA VESICAL DE DE- MORA 3 VIAS Nº 22	R\$ 0,00	100	100
38	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16	R\$ 0,00	200	200
39	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18	R\$ 0,00	200	200
40	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20	R\$ 0,00	200	200
41	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 22	R\$ 0,00	200	200
42	TORNEIRINHA PARA ACESSO COM 3 VIAS	R\$ 0,00	800	800
43	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG.	R\$ 0,00	1.000	1.000
44	AMOXACILINA 500MG.	R\$ 0,00	1.000	1.000



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

45	AZITROMICINA 500MG. R\$ 0,00	500	500
46	BISSULFATO DE CLOPIDO- GREL 75MG. R\$ 0,00	500	500
47	CIPROFLAXACINO 500MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
48	CEFALEXINA 500MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
49	DIPIRONA 500MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
50	CINARIZINA 75MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
51	FUROSEMIDA 40MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
52	GLIBENCLAMIDA 5MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
53	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
54	ISORDIL 5MG SUBLIN- GUAL. R\$ 0,00	500	500



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

55	IBUPROFENO 600MG. R\$ 0,00	500	500
56	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG. R\$ 0,00	1.500	1.500
57	METRONIDAZOL 250MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
58	METFORMINA 850MG. R\$ 0,00	1.000	1.000
59	NIFEDIPINO 20MG. R\$ 0,00	1.500	1.500
60	PARACETAMOL 500MG OU 750MG. R\$ 0,00	2.000	2.000
61	SULFAMETAXAZOL400MG + TRIMETROPIMA80MG. R\$ 0,00	1.500	1.500
TOTAL			R\$ 0,00

3.4 A licitação observará o seguinte:

- Item único;**
- Divisão em itens,** conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

[se o TR apontar a existência de itens com participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser incluídos os seguintes itens:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

4.x. Para os itens (enumerar os itens com participação exclusiva de MP e EPP) a participação é **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

4.x. O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:

- 5.1.1 Apresentação das propostas e documentos de habilitação;
- 5.1.2 Lances;
- 5.1.3 Julgamento das propostas;
- 5.1.4 Habilitação

5.2. Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumpram os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos **itens 5.3 e 5.4** sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6. Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8. Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.9** será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. Valor do item.
- b. Descrição do objeto, objeto ofertado de forma clara e detalhada e ainda deverá conter, Marca, Modelo, Fabricante e País Procedente.
- c. Modelo da proposta;

Proposta de preços referente ao Pregão Eletrônico nº90003/4ºCRS/SESPA/2024.

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone____, fax____, e-mail _____ Representante:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

Item	DESCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Especificação do objeto ofertado de forma clara e detalhada e ainda deverá conter, Marca, Modelo, Fabricante e País Procedente.				
				VALOR TOTAL	
	Valor por extenso				

Obs: O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.

- a) Conta para pagamento: Banco: **Banpará (037)**, Ag: ____, C/C ____
- b) Validade da Proposta: _____ dias ;
- c) Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.
- d) Declaramos que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Edital de seus anexos.
- e) A garantia dos produtos é de:
- f) Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3. Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.13.

6.5. Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigará o cumprimento do que nelas estiver contido, em conformidade com o Termo de Referência.

6.7. Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, Ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6. Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e OS LICITANTES.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

7.8. Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”.

7.10. Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de 0,5%.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14 O procedimento observará as regras referentes ao modo de disputa aberto, adotado da seguinte forma:

- a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
- c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.14, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18. No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

- a. Disputa final: Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- b. Avaliação de desempenho contratual prévio: Deverão ser utilizados, preferencialmente, registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.
- c. Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho: Conforme regulamento.
- d. Desenvolvimento de programa de integridade: Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

- a. Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.
- b. Empresas brasileiras.
- c. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

7.25. Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26. Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31. Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1. Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
 - c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.
- 8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constatada a capacidade do LICITANTE participar.
- 8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
 - b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
 - c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
 - e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.
- 8.8.** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:
- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
 - b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.
- 8.9.** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.
- 8.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos itens 8.8 e 8.9, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19. Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1. Habilitação jurídica:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- c. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- d. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;
- h. Certidão específica, simplificada e inteiro teor, emitida pela Junta Comercial, com data de expedição não superior a 30 dias da abertura do presente certame, a qual relaciona todos os protocolos (número de registro), registrado na junta comercial pela empresa licitante.

9.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso acompanhado do QSA.
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional,
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, juntamente com a certidão de débitos trabalhistas emitida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, Certidão



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

de infrações Trabalhista juntamente com Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, conforme artigo 5º, parágrafo único, da Portaria MTE nº 1421, de 12 de setembro de 2014, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Portaria 667/2021 acompanhado da certidão de ações de infração de 1º e 2º grau e Certidão Eletrônica de Ações Trabalhista.

- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.3. Qualificação Econômica e Financeira.

- a. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e de âmbito federal, datada dos últimos 90 (noventa) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expresso própria certidão acompanhado da certidão de indicativa dos cartórios de protestos e letras, certidão negativa de protestos, todas datadas dos últimos 30 (trinta) dias.
- b. Certidão negativa de débitos e penalidades emitida pelo tribunal de contas com jurisdição do Estado sede do licitante.
- c. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente, demonstração do fluxo de caixa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, juntamente com a Certidão de Habilitação Profissional (CHP) do contador e Certidão Negativa de Débito do profissional afim responsável, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade acompanhado da carteira do CRC do profissional, com vigência



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

atualizada e notas explicativas. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

- d.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4. Qualificação Técnica:

- a.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado acompanhado das respectivas notas fiscais.
- b.** Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura da sede do licitante, com vigência atualizada acompanhado com licenciamento dos Bombeiros.
- c.** Comprovação de autorização de funcionamento (AF), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e publicação no diário da União (DOU).
- d.** Certificado de tratamento de resíduo, expedido por empresa prestadora de serviço do ramo pertinente. (Para aqueles que não possuem em seu município prestadora de serviço, deverá apresentar Declaração ou Documento comprobatório de execução do serviço de coleta pela parte da Prefeitura Municipal da sede do licitante).
- e.** Alvará de vigilância sanitária da sede do licitante.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- f.** Certificado do Conselho Federal e ou Regional de Farmácia, ou outro equivalente, juntamente com a certidão conjunta de regularidade da empresa e responsável técnico, bem como emitida em particular para o responsável técnico, de acordo com a unidade federativa da empresa participante.
 - g.** Apresentar declaração própria do licitante, que possui estrutura e condições para oferecer o objeto licitado, em conformidade com exigências do edital, acompanhado de fotos da fachada da empresa. Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
 - h.** A empresa licitante deverá comprovar que possui profissional Responsável Técnico RT, apresentando contrato de prestação de serviço celebrado entre ambos, acompanhado da documentação do farmacêutico com o registro no CRF-PA.
- 9.5.** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.
- 9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.
- 9.7.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.
- 9.8.** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.9.** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2:00 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10. Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Compras Pará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p> <p style="text-align: center;">Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p>	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p>



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 1. Agir em conluio ou contra a lei;
 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2. As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

12.15 O recurso a que se refere o item 12.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1. Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo e-mail cpl4crs-sespa@hotmail.com

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PRE-GOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal Compras Pará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



SECRETARIA
DE SAÚDE



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

4º Centro Regional de Saúde /SESPA

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Capanema (PA), 7 de agosto de 2024.

(Assinatura)

BRÍGIDA COSTA DA SILVA
DIRETORA DO 4º CRS/SESPA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

Solicitamos o medicamentos e material técnico hospitalar atender a demanda para 06 (seis) meses, do hospital municipal de Tracuateua, sito a Av. Bragança, s/n, Tracuateua-PA de forma total ou parcial.

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
01	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML	006845-4	AMPOLA	6.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02	ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML	032863-4	AMPOLA	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI	018695-3	AMPOLA	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000UI	059220-0	AMPOLA	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
05	BUTILBROMETO DE ESCOPLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA 500MG	120444-0	AMPOLA	2.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
06	COMPLEXO B 2ml	146913-4	AMPOLA	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
07	CEFALOTINA 1G	007093-9	AMPOLA	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
08	CEFTRIAXONA 1G 2ml	018385-7	AMPOLA	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
09	DEXAMETASONA 2MG/ML 2ML	051082-3	AMPOLA	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	DEXAMETASONA 4MG/2ML	212376-2	AMPOLA	3.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML	024021-4	AMPOLA	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	DIPIRONAS SÓDICA 1G/2ML	007200-1	AMPOLA	4.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13	DIAZEPAM 5MG/ML	060079-2	AMPOLA	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14	FUROSEMIDA 20MG/2ML	027014-8	AMPOLA	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	HIDROCORTISONA 100 MG	130677-4	AMPOLA	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16	HIDROCORTISONA 500 MG	130678-2	AMPOLA	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00

17	LIDOCAÍNA 2% 20 ML	007184-6	AMPOLA	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	MORFINA 10 MG/1ML	020832-9	AMPOLA	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	TRAMADOL 50 MG/2ML	090355-8	AMPOLA	800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML.	213264-8	Frasco	2.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML.	108627-8	Frasco	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML.	213264-8	Frasco	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	GLICOSE 5% 100ML.	035881-9	Frasco	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	GLICOSE 5% 250ML.	006847-0	Frasco	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	GLICOSE 5% 500ML.	006832-2	Frasco	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	SORO RINGER SEM LACTATO.	220568-8	Frasco	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27	SORO PARA REIDRATAÇÃO ORAL.	213460-8	Frasco	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28	SORO RINGER COM LACTATO.	213460-8	Frasco	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 14	019927-3	Unidade	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 16	010640-2	Unidade	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00
31	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 18	087045-5	Unidade	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 20	006147-6	Unidade	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33	SONDA VESICAL DE DEMORA Nº 22	190317-9	Unidade	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
34	SONDA VESICAL DE DEMORA 3 VIAS Nº 16	198320-2	Unidade	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
35	SONDA VESICAL DE DEMORA 3 VIAS Nº 18	087045-5	Unidade	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00

36	SONDA VESICAL DE DEMORA 3 VIAS Nº 20	006147-6	Unidade	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37	SONDA VESICAL DE DEMORA 3 VIAS Nº 22	203346-1	Unidade	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16	068490-2	Unidade	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18	174579-4	Unidade	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20	051502-7	Unidade	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 22	106813-0	Unidade	200	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42	TORNEIRINHA PARA ACESSO COM 3 VIAS	226610-5	Unidade	800	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG.	195763-5	Unidade	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44	AMOXACILINA 500MG.	015493-8	Unidade	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
45	AZITROMICINA 500MG.	152131-4	Comprimido	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG.	193857-6	Comprimido	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
47	CIPROFLAXACINO 500MG.	072274-0	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
48	CEFALEXINA 500MG.	185282-5	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
49	DIPIRONA 500MG.	120317-7	Cápsula	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	CINARIZINA 75MG.	197246-4	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
51	FUROSEMIDA 40MG.	084942-1	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
52	GLIBENCLAMIDA 5MG.	006794-6	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
53	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG.	037938-7	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
54	ISORDIL 5MG SUBLINGUAL.	138253-5	Comprimido	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
55	IBUPROFENO 600MG.	196847-5	Comprimido	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
56	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG.	048557-8	Comprimido	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
57	METRONIDAZOL 250MG.	152135-7	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00

58	METFORMINA 850MG.	194824-5	Comprimido	1.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
59	NIFEDIPINO 20MG.	219903-3	Comprimido	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
60	PARACETAMOL 500MG OU 750MG.	161280-8	Comprimido	2.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61	SULFAMETAXAZOL400MG + TRIMETROPIMA80MG.	084946-4	Comprimido	1.500	R\$ 0,00	R\$ 0,00
					VALOR GLOBAL ESTIMADO**	R\$ 0,00

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

(Justificar como foi formado o lote, indicando as razões técnicas que justificam o agrupamento ou a economia de escala que se espera obter).

* A contratação por lote *sempre* deve ser *justificada* no campo acima. Se a licitação for apenas por item, a coluna e o campo devem ser excluídos.

** O valor estimado está previsto no estudo técnico preliminar, mas ele pode ser *sigiloso*. Caso seja *sigiloso*, no campo "O orçamento estimado é sigiloso?" deverá ser preenchida a justificativa.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

Considerando a necessidade de fortalecer a manutenção do hospital municipal de pequeno porte de Tracuateua que está funcionando em regime de gestão mista estado-município, conforme CNES, desde 2009. Ressaltamos a importância desta parceria para o melhor atendimento da população e solicitamos apoio no sentido de viabilizar o fornecimento de medicamentos e material técnico para atender à demanda do hospital por um período de 06 (seis) meses.

NATUREZA DO BEM

Comum.

Especial.

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?

Sim.

Não.

Justificativa: *(A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO).*

O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (A exigência de amostra deve ser justificada). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens () a por, no mínimo, () meses, a partir do seu recebimento pela contratante. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública. <input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i> , sem custo para a administração pública. <input checked="" type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens 01
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Para haver competitividade entre os licitantes e os valores das propostas não serem igual a todos). <input type="checkbox"/> Não.

CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.</p> <p>* Se o orçamento estimado for <i>sigiloso</i>, o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado "<i>sigiloso</i>" para todos os fins.</p>
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<p><input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: ().</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<p>Qual? (<i>Atestado de Capacidade Técnica</i>).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Por quê? (<i>Pra confirmar se a empresa tem transparência na entrega do material</i>).</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. Justificativa: (<i>Para identificar todas as informações necessárias, afim de sanar quais quer dúvidas a respeito do bem adquirido</i>).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. Justificativa: (<i>Para dá segurança aos produtos do objeto</i>).</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. Justificativa: (<i>Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso</i>).</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Justificativa: (<i>Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso</i>).</p>

	<p>Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p>
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<p><input type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>(Indicar o critério).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>(Defeitos e entrega, validade dos materiais).</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue em até 06 (seis), seis meses, conforme edital.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em parcela única até 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante apresentação da nota de empenho.</p>
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	<p>O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é (Avenida Bragança, S/N, Bairro: Nova Esperança – CEP: 68.647-000 (Tracuateua/PA)), no horário de 08h as 16h, em dias uteis.</p>
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<p><input checked="" type="checkbox"/> 10 dias (pronta entrega).</p> <p><input type="checkbox"/> 12 meses.</p>
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<p><input type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
	Meio Ordem bancária.

FORMA DE PAGAMENTO	Onde?	Preferencialmente conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo?	Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: (A não exigência de garantia deve ser justificada).
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	1020008874C
	Elemento de Despesa:	339030.
	Fonte do Recurso:	01500100203.000000.
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Capanema (PA), 7 de agosto de 2024

Maria Rosemary Melo Lobo de Figueiredo
Diretora da DT - 4ªCRS/SESPA



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | 4º CRS/SESPA, CNPJ: 05.054.929/0001-17.

CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Solicitação de **medicamentos e material técnico hospitalar** atender a demanda para 06 (seis) meses, do Hospital Municipal de Tracuateua, sito a Av. Bragança, s/n, Tracuateua-PA de forma total ou parcial.



ENTREGA

Forma Parcela única.

Prazo Até 30 dias após a nota de empenho.

Local O objeto deve ser entregue no endereço Avenida Bragança, S/N, Bairro: Nova Esperança – CEP: 68.647-000 (Tracuateua/PA) no horário de 08h00m às 17h00m.



VALOR TOTAL

R\$ 0,00 (sigiloso).

REAJUSTE

Índice IPCA INPC INCC IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **05/07/2024**.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o a servidor xxxxxxxxxxxx, Matrícula nº xxxxxx/x e suplente, servidor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Matrícula nº xxxxx/x, lotado no 4º CRS/SESPA.



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

LÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1



Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

O Estado do Pará através do **4º CRS/SESPA** (Código UASG 926050), CNPJ nº 05.054.929/0001-17, com sede na Rua. Miguel Leite, Nº 2805, Centro – Capanema/PA, neste ato representado pela Sra. **BRÍGIDA COSTA DA SILVA**, nomeada pela PORTARIA Nº 252/2024-CCG, de 31 de janeiro de 2024, publicada no DOE nº 35.701 de 01/02/2024.

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 90003/2023/4º CRS/SESPA** constante no PAE nº **2024/2211628** e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da presente licitação é a **Solicitação de medicamentos e material técnico hospitalar** atender a demanda para 06 (seis) meses, do Hospital Municipal de Tracuateua, sito a Av. Bragança, s/n, Tracuateua-PA de forma total ou parcial.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:



Item	Preço unit	Qtd	Total
LOTE 01			
1	R\$ 0,00	6.000	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
5	R\$ 0,00	2.500	R\$ 0,00
6	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
7	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
8	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
9	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
10	R\$ 0,00	3.000	R\$ 0,00
11	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
12	R\$ 0,00	4.000	R\$ 0,00
13	R\$ 0,00	400	R\$ 0,00
14	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
15	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
16	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
17	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
18	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
19	R\$ 0,00	800	R\$ 0,00
20	R\$ 0,00	2.500	R\$ 0,00
21	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
22	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00



23	R\$ 0,00	5000	R\$ 0,00
24	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
25	R\$ 0,00	1000	R\$ 0,00
26	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
27	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
28	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
29	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
30	R\$ 0,00	300	R\$ 0,00
31	R\$ 0,00	300	R\$ 0,00
32	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
33	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
34	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
35	R\$ 0,00	300	R\$ 0,00
36	R\$ 0,00	300	R\$ 0,00
37	R\$ 0,00	100	R\$ 0,00
38	R\$ 0,00	200	R\$ 0,00
39	R\$ 0,00	200	R\$ 0,00
40	R\$ 0,00	200	R\$ 0,00
41	R\$ 0,00	200	R\$ 0,00
42	R\$ 0,00	800	R\$ 0,00
43	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
44	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
45	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
46	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00



47	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
48	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
49	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
50	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
51	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
52	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
53	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
54	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
55	R\$ 0,00	500	R\$ 0,00
56	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
57	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
58	R\$ 0,00	1.000	R\$ 0,00
59	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
60	R\$ 0,00	2.000	R\$ 0,00
61	R\$ 0,00	1.500	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.



CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade SESPA 4º CRS

Fonte Programada de trabalho 01500100203-000000

Elemento de Despesa 339030

Plano Interno 1020008874C

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IPCA**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **05/07/2024**.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.



7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência XXXX-X.

Conta XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na



impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será susgado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1. Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.



CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.



- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a



sanção de “*Impedimento de licitar e contratar*”.

- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c. Dar causa à inexecução total do contrato.
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Impedimento de licitar e contratar*

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **10 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.



12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
<p><i>a.</i> 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos (inserir o número de dias).</p>	<p>20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.</p>
<p><i>b.</i> 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 15 dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.</p>	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei



Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.



CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 AS PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.



CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.



CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **06 meses**, com forme consta no DFD, ETP e TR deste edital, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data), podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Capanema-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Capanema(PA), 7 de agosto de 2024.

Brígida Costa da Silva
DIRETORA DO 4º CRS/SESPA
Contratante

NOME DO CONTRATADO
Nome do representante, se não for PF
Contratado

NOME DA TESTEMUNHA

NOME DA TESTEMUNHA

4º Centro Regional de Saúde /SESPA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria Estado de Saúde Pública



RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha

RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha